

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2024**  
**PROCESSO Nº 03750.010205.000016/2024-42**  
**UASG Nº 926328**

**Objeto:** Contratação de serviços apoio administrativo para suprir as necessidades da Funpresp-Exe.

**ITEM   ASSUNTO**

- 1 - DO OBJETO
- 2 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
- 3 - DO CREDENCIAMENTO
- 4 - DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO
- 5 - DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA COMPRASNET
- 6 - DOS REQUISITOS DA PROPOSTA
- 7 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
- 8 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
- 9 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA
- 10 - DA HABILITAÇÃO
- 11 - DOS RECURSOS
- 12 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
- 13 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
- 14 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
- 15 - DO TERMO DE CONTRATO
- 16 - DA REPACTUAÇÃO
- 17 - DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO
- 18 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
- 19 - DO PAGAMENTO
- 20 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 21 - DA IMPUGNAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS
- 22 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Tipo de Licitação: **MENOR PREÇO**

Data e horário da abertura da sessão do Pregão Eletrônico: **30/09/2024, às 10 horas.**

Data e horário de início de recebimento das propostas: **09/09/2024, às 08 horas.**

Data e horário de término para recebimento das propostas: **30/09/2024, às 10 horas.**

Endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

A **FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER EXECUTIVO – FUNPRES-EXE**, situada no SCN Quadra 2 Bloco A – Salas 201 a 204 – Ed. Corporate Financial Center – Brasília – DF – CEP: 70712-900, por intermédio da Gerência de Patrimônio, Logística e Contratações, mediante o Pregoeiro, designado pela Portaria nº 07, de 18 de janeiro de 2024, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicado, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA, do tipo **menor preço**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global conforme descrito neste edital e seus anexos.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e o Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpresp-Exe, aprovado pelo Conselho Deliberativo na 127ª Reunião Ordinária, de 22 de setembro de 2023, por meio da Resolução nº 595, o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, o Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, o Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, as demais legislações correlatas e exigências previstas neste edital e seus anexos.

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços apoio administrativo para suprir as necessidades da Funpresp-Exe, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. Descrição do objeto:

Posto de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade
Recepcionista	Posto de Trabalho	2
Secretariado Executivo	Posto de Trabalho	2
Assistente Administrativo II	Posto de Trabalho	23
Total de postos		27

1.3. A licitação será realizada em único item, por preço global, abrangendo todos os postos de serviço.

1.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1. As despesas decorrentes da contratação no corrente exercício correrão à conta dos recursos constantes do Plano de Gestão Administrativa da Funpresp-Exe.

2.2. Nos exercícios seguintes as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

## **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou da Funpresp-Exe por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **4 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

4.1 Poderão participar deste pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

4.2 Não poderão participar desta licitação os interessados que se enquadrarem em alguma das condições a seguir:

- 4.2.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.
- 4.2.2 Que não atendam às condições deste edital e seu(s) anexo(s).
- 4.2.3 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 4.2.4 Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, observado o disposto no item 9.10.1.1 deste edital.
- 4.2.5 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.
- 4.2.6 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 4.2.7 Sociedades cooperativas, conforme disposto no art. 5 da Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507/2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
- a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação.
  - b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito da Funpresp-Exe.
- 4.2.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010).
- 4.3 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura contratada que seja familiar de agente ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na Funpresp-Exe.
- 4.4 Como condição para participação no pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.4.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.
- 4.4.1.1 Para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 4.4.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos.
- 4.4.3 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.
- 4.4.4 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 4.4.5 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.4.6 Que a proposta foi elaborada de forma independente.

4.4.7 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.4.8 Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

## **5 DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA COMPRASNET**

5.1 Por meio de chave de acesso e senha os licitantes registrarão, exclusivamente no sistema, o valor de sua proposta.

5.2 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão alterar o valor registrado de sua proposta no sistema.

5.3 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização da etapa de lances, negociação e julgamento da proposta.

5.4 A proposta e os documentos de habilitação exigidos no edital serão solicitados durante a sessão pública pelo pregoeiro, por meio de campo próprio do sistema, após a fase de lances.

5.5 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.6 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

5.7 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## **6 DOS REQUISITOS DA PROPOSTA**

6.1 A elaboração da proposta deverá observar o modelo que integra o anexo II do termo de referência, atentando-se para o seguinte:

6.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

6.1.2 Apresentar a planilha de custos e formação de preços, a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

6.1.3 Informar os dados do representante legal, responsável pela assinatura do contrato, tais como: nome, cargo, RG, CPF, profissão, estado civil, e-mail e endereço.

6.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

6.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, com o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

6.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

6.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

6.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

## **7 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

7.1 O licitante deverá enviar sua proposta, quando solicitado pelo pregoeiro, em conformidade com o anexo II do termo de referência, informando:

7.1.1 O valor global abrangendo todos os serviços.

7.1.1.1 A indicação do sindicato e respectiva convenção coletiva que rege a categoria profissional que executará o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

7.1.1.2 A quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a contratada.

7.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo da proposta (planilha de custos e formação de preços), conforme anexo I do termo de referência.

7.4 A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

7.4.1 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Funpresp-Exe Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário.



7.4.2 A proposta apresentada deverá contemplar o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.

7.4.3 A empresa licitante é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete.

7.4.4 Para efeito de informação acerca do enquadramento tributário adequado e retenção tributária prevista na legislação aplicável, os licitantes deverão observar os artigos 127 a 129 do Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpresp-Exe.

7.5 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente e no art. 129 do Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpresp-Exe.

7.6 Na presente licitação, a microempresa e a empresa de pequeno porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006.

7.7 A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o termo de referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.8 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, em especial a aplicação da Lei nº 13.303/2016.

7.11 O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **8 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- 8.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.4 O lance deverá ser ofertado pelo valor global.
- 8.5 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.6 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.
- 8.7 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.8 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.9 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.10 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.11 Será adotado o modo de disputa “aberto e fechado” para o envio de lances no pregão eletrônico, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 8.12 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 8.13 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.14 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.15 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.16 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



8.17 Tratando-se de item não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

8.18 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.19 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.20 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes, microempresas ou empresas de pequeno porte, que se encontrem naquele intervalo, de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.21 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.22 O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste edital e seus anexos.

8.23 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.24 Durante a sessão, após o término da fase de lances, o sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

8.25 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no termo de referência.

8.25.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.25.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.26 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

8.27 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.28 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto art. 55, da Lei nº 13.303/2016 e no inciso V do art. 83 do Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpresp-Exe assegurando-se, sucessivamente, a preferência, observando o seguinte:

8.28.1 Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento.

8.28.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído.

8.28.3 Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País.

8.28.4 sorteio.

8.29 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

8.30 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

8.30.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.30.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **2 (duas)** horas envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

8.30.3 No caso de o pregoeiro convocar mais de uma empresa, simultaneamente, para enviar proposta ajustada ao lance e demais documentações, deverá proceder a análise individualizada, observando a ordem de classificação, a partir da licitante melhor classificada no certame, e assim sucessivamente, conferindo, quando couber, o tratamento privilegiado às microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006.

8.30.4 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.31 Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **9 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, anexada no sistema, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

9.2 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante e anexada à sua proposta final, conforme o modelo, anexo II do termo de referência.

9.3 A inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

9.4 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

9.4.1 Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

9.4.2 Contenha vício insanável ou ilegalidade.

9.4.3 Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo termo de referência.

9.4.4 Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.4.4.1 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

9.4.4.1.1 For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos.

9.4.4.1.2 Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias, acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho vigentes.

9.5 A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei nº 10.192/2001, informa-se que no cálculo do valor estimado foram utilizados os parâmetros de convenções coletivas de trabalho vigentes aplicáveis às categorias (SEAC/SINDISERVIÇOS e SEAC/SIS):

9.6 Os salários a serem cotados deverão observar os valores estipulados nos subitens 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3 do termo de referência, sob pena de desclassificação.

9.7 É vedado ao proponente incluir na planilha de custos e formação de preços:

9.7.1 Item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

9.7.2 Rubricas que prevejam o custeio de despesas com treinamento, reciclagem e capacitação ou congêneres, pois tais parcelas já são cobertas pelas despesas administrativas (Acórdão TCU nº 2.746/2015 - Plenário).

9.7.3 Rubrica denominada “reserva técnica”, exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da planilha: Acórdãos TCU nºs 2.746/2015 – Plenário; 64/2010 - 2ª Câmara; e 953/2016 – Plenário.

9.7.4 Rubrica para pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (Súmula TCU nº 254/2010).

9.7.5 Rubrica denominada “verba” ou “verba provisional”, pois o item não está vinculado a qualquer contraprestação mensurável (Acórdãos TCU nº 1.949/2007 – Plenário e nº 6.439/2011 – 1ª Câmara).

9.8 A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que os respectivos custos sejam excluídos da planilha, adotando, se for o caso, as providências para o julgamento da habilitação e das propostas, objetivando sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8.1 Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da planilha, garantidas ampla defesa e contraditório.

9.9 A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

9.10 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, na forma deste edital e do § 2º do art. 56 da Lei nº 13.303/2016, no parágrafo único do art. 70 e no §4º, do art. 99 do Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpresp-Exe – RILC.

9.11 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o objeto e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta, desconsiderando-se nestes cálculos as propostas com valores acima do preço global estimado.

9.12 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.12.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.13 O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

9.13.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.13.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

9.14 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

9.15 O pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na planilha de custos e formação de preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários.

9.16 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, uma vez que a planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

9.16.1 O ajuste de que trata este dispositivo limita-se a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

9.16.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.16.3 O pregoeiro deverá verificar se a proposta apresenta o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.

9.17 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.18 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.19 Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

9.20 Com relação à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.21 As propostas contendo a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

9.22 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste edital.

## **10 DA HABILITAÇÃO**

10.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1 SICAF.

10.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)).

10.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

10.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>).

10.1.5 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

10.1.6 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.6.1 Caso conste na consulta de situação do fornecedor a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas.

10.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.4 Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.5 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.6 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

10.7 O interessado, para efeito de habilitação, deverá atender as condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

10.8 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.9 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).



10.10 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

10.11 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.12 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.13 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.14 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.15 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

**10.16 Habilitação jurídica:**

10.16.1 No caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal - SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

10.16.2 Inscrição no registro público de empresas mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

10.16.3 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

10.16.4 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

10.16.5 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**10.17 Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

10.17.1 A documentação relativa à regularidade fiscal, social e trabalhista consistirá em:

10.17.1.1 Comprovação de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

10.17.1.2 Comprovação de regularidade perante Fazenda Pública Federal no tocante à seguridade social, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

10.17.1.3 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.17.2 A opção de habilitação parcial pelo SICAF dispensa o licitante de apresentar os documentos que constem do respectivo sistema.

#### 10.18 **Qualificação Técnica:**

10.19 Para a demonstrar a qualificação técnica, deverá a empresa detentora do menor preço apresentar atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por empresa(s) pública(s) ou privada(s), observando o seguinte:

10.19.1 Os atestados de capacidade técnica deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária.

10.20 Comprovar pelo menos 27 (vinte e sete postos de serviços), sendo admitido o somatório de atestados para esta comprovação.

10.20.1 Comprovar experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura da licitação, cujos períodos concomitantes serão computados uma única vez.

10.20.2 Apresentar os documentos solicitados no item 16 deste Edital, para fins de análises da Funpresp-Exe.

10.20.3 O pregoeiro, a seu critério, poderá solicitar o encaminhamento dos respectivos contratos e outros documentos, no intuito de confirmar a veracidade das informações prestadas pela licitante no atestado de capacidade técnica, podendo realizar visita, in loco, nas instalações da licitante ou nas instalações da empresa emissora do documento.

10.20.3.1 No caso de necessidade de aprofundamento das diligências a licitante deverá fornecer todas as informações requeridas, sendo que o não atendimento das solicitações formuladas pelo pregoeiro ensejará a sua desclassificação.

10.20.4 Não serão aceitos atestados e contratos de empresas coligadas ou que pertençam a um mesmo grupo.

10.20.5 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido pelo menos um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

#### 10.21 **Qualificação Econômico-Financeira:**

10.21.1 A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:

10.21.1.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

10.21.1.1.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.21.1.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

10.21.1.2.1 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

10.21.1.2.2 É admissível o balanço intermediário se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

10.21.1.2.3 Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei.

10.21.1.2.4 Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

10.21.1.3 Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do anexo III deste edital, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste pregão, não é superior ao patrimônio líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada no edital.

10.21.1.3.1 A declaração de que trata o item acima deverá estar acompanhada da demonstração do resultado do exercício (DRE) relativa ao último exercício social.

10.21.1.3.2 Quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na demonstração do resultado do exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

10.22 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.22.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.23 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, será convocada para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Funpresp-Exe, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.24 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.25 Em relação à análise documentos exigidos, o pregoeiro poderá suspender a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.26 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

10.27 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.28 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

## **11 DOS RECURSOS**

11.1 Após a declaração de aceitação da proposta melhor classificada, será aberta oportunidade para registro de intenção de recurso no prazo de até trinta minutos. Da mesma forma, após a decisão relacionada à habilitação será concedido igual prazo para manifestação de intenção de recurso.

11.2 Qualquer licitante poderá manifestar a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.3 Havendo quem se manifeste, caberá ao pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, sendo que em caso de recusa deverá fundamentar sua decisão.

11.3.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.3.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.3.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de cinco dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros cinco dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.4 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará preferencialmente por meio do sistema eletrônico (“chat ou aviso”) ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1 Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do termo de referência, anexo deste edital.

## **15 DO TERMO DE CONTRATO**

15.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado termo de contrato.

15.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

15.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante a Funpresp-Exe para a assinatura do termo de contrato, a Fundação poderá encaminhá-lo para assinatura mediante disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

15.4 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Funpresp-Exe.

15.5 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogados por prazo não superior a 60 (sessenta) meses, contados a partir da celebração do contrato, nos termos do art. 71, da Lei nº 13.303/2016, e em consonância com os artigos 131 a 133 do Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpresp-Exe.

15.6 Previamente à contratação, a Funpresp-Exe realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da Funpresp-Exe, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

15.6.1 O licitante não inscrito no SICAF deverá providenciar o seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.6.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, a contratada deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.7 Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pela contratada durante a sua vigência.

15.8 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Funpresp-Exe, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

## **16 DA REPACTUAÇÃO**

16.1 As regras acerca da repactuação são as estabelecidas no termo de referência, anexo a este edital.

16.2 Sem prejuízo ao teor dos dispositivos do Termo de Referência, a CONTRATADA deverá cumprir os seguintes requisitos durante a sessão do certame/pedido de repactuação:

- 16.2.1 a exigência para que o licitante entregue junto com sua proposta de preços uma declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;
- 16.2.2 a exigência para que o licitante apresente cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;
- 16.2.3 a responsabilidade da empresa licitante nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas neste Edital;



- 16.2.4 a responsabilidade exclusiva da empresa contratada pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado; e
- 16.2.5 a aderência à convenção coletiva do trabalho à qual a proposta da empresa esteja vinculada para fins de atendimento à eventual necessidade de repactuação dos valores decorrentes da mão de obra, consignados na planilha de custos e formação de preços do contrato.

## **17 DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 17.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no termo de referência, anexo a este edital.

## **18 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 18.1 As obrigações da contratante e da contratada são as estabelecidas no termo de referência anexo deste edital.

## **19 DO PAGAMENTO**

- 19.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no termo de referência, anexo deste edital e na Seção III do Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpresp-Exe.

## **20 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

- 20.1 As regras acerca das sanções administrativas são as estabelecidas no termo de referência, anexo deste edital e na Seção X do Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpresp-Exe.

## **21 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 21.1 Até 05 (cinco) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, nos termos do § 1º do art. 87, da Lei nº 13.303/2016.

- 21.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao@funpresp.com.br](mailto:licitacao@funpresp.com.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da Funpresp-Exe, disposto no rodapé deste Edital.

- 21.3 Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) 2 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

- 21.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

- 21.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital.

21.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

21.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.8 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.9 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Funpresp-Exe.

## **22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1 Da sessão pública do pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

22.3 Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Funpresp-Exe, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Funpresp-Exe não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Funpresp-Exe.

22.9 A contratada deverá respeitar as regras internas da Funpresp-Exe quanto ao código de ética e de conduta e da política de gestão da integridade, riscos e controles internos da Funpresp-Exe nas transações com partes interessadas, bem como das normas relativas a aspectos ambientais e sociais.

22.10 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.11 O Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpresp-Exe aprovado pelo Conselho Deliberativo na 127ª Reunião Ordinária, de 22 de setembro de 2023, por meio da Resolução nº 595, citado neste instrumento, encontra-se disponível no endereço: <https://www.funpresp.com.br/wp-content/uploads/2023/10/Regulamento-Interno-de-Licitacoes-e-Contratacoes.pdf>.

22.12 Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

22.13 O valor estimado desta contratação é de **R\$ 3.080.109,61 (três milhões, oitenta mil, cento e nove reais e sessenta e um centavos)**, considerando a vigência de 12 (doze) meses.

22.14 O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e [www.funpresp.com.br](http://www.funpresp.com.br) e também poderá ser lido ou obtido no endereço da Fundação, que consta deste Edital, nos dias úteis, no horário comercial, no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados, cujo telefone para contato é (61) 2020-9792 e (61) 2020-9798.

22.15 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.15.1 ANEXO I - Termo de Referência.

22.15.2 ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato.

22.15.3 ANEXO III – Modelo de declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública.

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

ROBERTO MACHADO TRINDADE  
Gerente de Patrimônio, Logística e Contratações

**ANEXO I DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2024**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**



## TERMO DE REFERÊNCIA - TR

### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços apoio administrativo para suprir as necessidades da Funpresp-Exe.

### 2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Tratam-se de serviços auxiliares, instrumentais e acessórios não abrangidos nas atividades dos cargos que compõem a estrutura da Fundação. Esta contratação, portanto, observa e não contraria os ditames do § 1º do art. 3º, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, a seguir transcrito:

*Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:*

*I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;*

*II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;*

*III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e*

*IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.*

*§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.*

2.2. Desde a sua criação, a Fundação já recebeu a adesão de mais de 111 mil servidores, oriundos de centenas de patrocinadores, que se encontram localizados em todos os estados do Brasil.

2.3. Estes serviços são importantes uma vez que contribuirão para o atingimento dos resultados almejados e o alcance de maior efetividade no cumprimento da missão da Funpresp-Exe, que é oferecer proteção, produtos e serviços para o servidor e sua família, hoje e amanhã.

2.4. Esta contratação deverá ser realizada por licitação, na modalidade pregão eletrônico, em face da vigência do contrato nº 18/2020 expirar-se em 02/11/2024.

2.5. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de serviços comuns, de que trata o inc. IV do art. 32 da Lei nº 13.303/2016, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

*Art. 32. Nas licitações e contratos de que trata esta Lei serão observadas as seguintes diretrizes:*

*(...)*

IV - adoção preferencial da modalidade de licitação denominada pregão, instituída pela [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#), para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços serão prestados mediante o preenchimento do quantitativo de postos a seguir:

3.1.1. SERVIÇOS DE RECEPÇÃO

POSTO DE TRABALHO	QUANTIDADE	SALÁRIO DA PROFISSIONAL
Recepcionista	2	R\$ 2.405,96

- a) Comunicação com os empregados da Fundação para obtenção de autorização para entrada de visitantes.
- b) Orientação sobre a localização da Unidade Organizacional para atendimento de visitantes.
- c) Atendimento de chamadas telefônicas no número geral da Fundação e redirecionamento às Unidades Organizacionais, inclusive quando se tratar de chamados de participantes fora do telefone 0800.
- d) Abertura e fechamento das portas de acesso às salas e áreas restritas, pela manhã e à noite, após o término do expediente.

3.1.1.1. As recepcionistas deverão ter, no mínimo, o ensino médio completo.

3.1.2. SERVIÇOS DE SECRETARIADO EXECUTIVO

POSTO DE TRABALHO	QUANTIDADE	SALÁRIO DA PROFISSIONAL
Secretária Executiva	2	R\$ 5.379,12

- a) **Agendamento de Compromissos:** Agendar compromissos e reuniões envolvendo a participação dos diretores, garantindo a disponibilidade de todos os participantes.
- b) **Controle de Agendas:** Controlar e atualizar as agendas dos diretores da Funpresp-Exe, assegurando que todos os compromissos sejam cumpridos.
- c) **Atendimento Telefônico:** Atender chamadas telefônicas internas e externas, direcionando-as conforme necessário e anotando recados importantes.
- d) **Redação de Documentos:** Redigir correspondências, memorandos, relatórios e outros documentos oficiais, garantindo clareza e precisão.
- e) **Gestão de Correspondências e Expedientes:** Controlar o recebimento e a distribuição de volumes, correspondências e outros expedientes, assegurando que cheguem aos destinatários corretos.
- f) **Inserção de Documentos no Sistema SEI:** Inserir documentos nos processos da respectiva Unidade Organizacional no sistema SEI, mantendo a organização e a acessibilidade dos arquivos.
- g) **Apoio a Eventos e Reuniões:** Apoiar a organização de eventos e reuniões realizadas nas salas de reunião da Diretoria Executiva, providenciando os recursos necessários aos participantes, como equipamentos e materiais.
- h) **Organização e Arquivamento de Documentos:** Realizar arquivamento, classificação, codificação e catalogação de papéis e documentos, tanto físicos quanto digitais, garantindo a fácil localização e recuperação.
- i) **Requisição de Passagens e Suporte em Deslocamentos:** Requisitar passagens para os diretores e preencher os formulários necessários, além de fornecer suporte logístico durante os deslocamentos, como reservas de hospedagem e transporte.
- j) **Auxílio nas Agendas dos Diretores:** Auxiliar na coordenação e organização das agendas dos diretores, incluindo a preparação de materiais e informações necessárias para reuniões e compromissos.



k) **Execução de Outras Atividades Inerentes ao Cargo:** Executar outras atividades inerentes ao cargo, conforme necessário, para apoiar a eficiência e a eficácia das operações da Diretoria Executiva.

3.1.2.1. As profissionais deverão ter, no mínimo, o ensino superior completo em secretariado executivo, bem como registro profissional expedido pela Delegacia Regional do Trabalho, ressalvadas as exceções determinadas pela legislação vigente.

3.1.2.2. As profissionais deverão ter bom conhecimento de ferramentas de informática: excel, powerpoint, internet, outlook, dentre outros.

3.1.3. **SERVIÇOS DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**

POSTO DE TRABALHO	QUANTIDADE	SALÁRIO DOS PROFISSIONAIS
Assistente Administrativo II	23	R\$ 4.000,00

a) **Apoio Administrativo:**

I- Redação e digitação de documentos, como memorandos, ofícios e relatórios.

II - Organização e manutenção de arquivos físicos e digitais.

III - Atendimento, pessoalmente ou por telefone, de profissionais da Funpresp-Exe ou do público em geral, prestando informações sobre assuntos diversos, para orientação e/ou encaminhamento às Unidades Organizacionais e/ou pessoas solicitadas.

IV - Coleta e digitação de dados em documentos/planilhas para auxílio às atividades realizadas pela Unidade Organizacional.

b) **Gestão de Correspondências:**

I- Recebimento, triagem e distribuição de correspondências e documentos internos e externos.

II- Envio de correspondências e documentos via correio ou serviços de entrega.

c) **Apoio em Eventos e Reuniões:**

I- Preparação de salas de reunião e auditórios, incluindo equipamentos e materiais necessários.

II- Apoio logístico durante eventos e reuniões.

d) **Controle de Almoxarifado:**

I- Recebimento, conferência e armazenamento de materiais de escritório.

II- Controle de estoque e distribuição de materiais para as unidades organizacionais.

e) **Serviços de Protocolo:**

I- Recebimento, registro e encaminhamento de documentos e processos administrativos.

II- Arquivamento e controle de documentos protocolados.

f) **Apoio em Processos Licitatórios:**

I- Pesquisa de preços e elaboração de tabelas comparativas.

II- Apoio na organização e documentação de processos de licitação.

g) **Digitalização e Gestão Documental:**

I- Digitalização de documentos e inserção no sistema de gestão eletrônica de informações.

II- Organização e manutenção de arquivos digitais.

III- Conferência e separo de documentos.

h) **Apoio na Gestão de Contratos:**

I- Auxílio na elaboração e controle de contratos com fornecedores.

II- Registro e acompanhamento de pagamentos e recebimentos relacionados a contratos.

i) **Apoio na Gestão Patrimonial:**

I- Auxílio no controle e inventário de bens patrimoniais.

II- Apoio na manutenção e conservação de equipamentos e instalações.

j) **Apoio Logístico:**

I- Controle das vagas de garagem, suporte no gerenciamento do sistema de acesso (cadastro e acesso de profissionais e visitantes).

3.1.3.1. Os profissionais deverão, no mínimo, estar cursando curso de nível superior (tecnólogo ou bacharelado), bem como bons conhecimentos de informática: excel, powerpoint, internet, outlook, dentre outros

3.2. **DOS UNIFORMES**

3.2.1. A contratada deverá fornecer, a partir do 15º (décimo quinto) dia da assinatura do contrato, uniformes completos, de primeira qualidade, nas especificações e periodicidade abaixo informada:

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II					
M a s c u l i n o e	PEÇAS	PERIODICIDADE DE ENTREGA	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA	QUANTIDADE DE POSTOS	QUANTIDADE ANUAL
	02 calça jeans (azul escuro)	Semestral	Calça jeans lisa, 100% algodão, com ou sem elastano, modelo tradicional.	23	92
	01 camisa social (preta ou cinza, mangas curtas)	Semestral	Em tecido tricoline, não transparente, sendo 3% elastano e 97% algodão na cor branca, gola com entretela		46
	02 camisas gola polo mangas curtas (preta, azul marinho ou cinza)	Semestral	Em malha poliviscose, fio 30, na cor escura, não transparente, contendo logomarca da empresa, em tamanho, cor e formato discreto.		92

SECRETÁRIAS					
	PEÇAS	PERIODICIDADE DE ENTREGA	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA	QUANTIDADE DE POSTOS	QUANTIDADE ANUAL
Feminino	02 blazers tradicionais (preto)	Anual	Em tecido gabardine ou oxford, sendo 97% poliéster e 3% elastano, modelo tradicional, manga longa, três botões, forrado internamente, inclusive nas mangas, com bolsos nas laterais contendo identificação da empresa em logomarca .	2	4
	01 calça feminina social (preta) com ou sem elastano	Semestral	Tecido Suplex, 92% poliéster, 8% elastano ou gabardine ou oxford sendo 97% poliéster e 3% elastano, fechamento frontal por botão de casa e zíper.		4
	01 calça jeans (azul escuro) com ou sem elastano	Semestral	calça jeans lisa, 100% algodão, com ou sem elastano, modelo tradicional.		4
	02 camisa social (preta ou cinza, mangas curtas)	Semestral	em tecido tricoline, não transparente, sendo 3% elastano e 97% algodão na cor branca, gola com entretela		8
	01 vestido com magas curtas, (preto, azul ou cinza escuro)em tecido/malha grossa, não transparente, com comprimento em cima dos joelhos.	Anual	Em tecido ou malha 96% poliéster e 4% elastano, modelo tradicional, sem bolso, sem decote, forrado internamente,contendo distintivo da empresa em logomarca (bordado), em tamanho, cor e formato discreto no lado esquerdo do peito.		2
	02 camisas gola polo mangas curtas (preta, azul marinho ou cinza)	Semestral	em malha poliviscose, fio 30 na cor escura, não transparente, contendo logomarca da empresa, em tamanho, cor e formato discreto.		8

RECEPCIONISTAS					
	PEÇAS	PERIODICIDADE DE ENTREGA	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA	QUANTIDADE DE POSTOS	QUANTIDADE ANUAL
Feminino	02 blazers tradicionais (preto)	Anual	Em tecido gabardine ou oxford, sendo 97% poliéster e 3% elastano, modelo tradicional, manga longa, três botões, forrado internamente, inclusive nas mangas, com bolsos nas laterais contendo identificação da empresa em logomarca .	2	4
	01 calça feminina social (preta) com ou sem elastano	Semestral	Tecido Suplex, 92% poliéster, 8% elastano ou gabardine ou oxford sendo 97% poliéster e 3% elastano, fechamento frontal por botão de casa e zíper.		4
	01 calça jeans (azul escuro) com ou sem elastano	Semestral	calça jeans lisa, 100% algodão, com ou sem elastano, modelo tradicional.		4
	02 camisa social (preta ou cinza, mangas curtas)	Semestral	em tecido tricoline, não transparente, sendo 3% elastano e 97% algodão na cor branca, gola com entretela		8
	01 vestido com magas curtas, (preto, azul ou cinza escuro)em tecido/malha grossa, não transparente, com comprimento em cima dos joelhos.	Anual	Em tecido ou malha 96% poliéster e 4% elastano, modelo tradicional, sem bolso, sem decote, forrado internamente,contendo distintivo da empresa em logomarca (bordado), em tamanho, cor e formato discreto no lado esquerdo do peito.		2
	02 camisas gola polo mangas curtas (preta, azul marinho ou cinza)	Semestral	Em malha poliviscose, fio 30 na cor escura, não transparente, contendo logomarca da empresa, em tamanho, cor e formato discreto.		8

3.2.1.1. Para o fornecimento dos uniformes a contratada deverá observar, ainda, o seguinte:

- a) antes da confecção e distribuição aos empregados, em conformidade com as condições contidas neste instrumento, deverá ser submetido um exemplar de uniforme a ser fornecido para cada empregado e para os dois gêneros. Assim, somente após a aprovação prévia do fiscal do contrato é que deverão ser confeccionadas as peças a serem entregues;

- b) os reparos necessários para a adequação das medidas dos uniformes aos empregados devem ser custeados pela contratada;
- c) os tecidos e materiais dos uniformes devem ser de primeira qualidade, em tecido que não seja transparente e que não crie bolinhas com a sua utilização e lavagem.

3.2.1.2. No caso de secretárias e recepcionistas, quando for o caso de disponibilização de empregado do gênero masculino, a contratada deverá realizar as devidas adaptações necessárias, com a anuência da Funpres-Exe.

4. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

4.1. Nos termos do quadro demonstrativo a seguir, o valor total estimado da contratação representa R\$ 3.080.109,61 (três milhões, oitenta mil, cento e nove reais e sessenta e um centavos).

Postos	Quant.	Salário	Posto	Valor Total
Assistente administrativo II	23	4.000,00	9.533,86	219.278,78
				-
Recepcionista	2	2.405,96	6.352,57	12.705,14
				-
Secretariado Executivo	2	5.379,12	12.345,96	24.691,93
Total	27			256.675,84
Valor Total				3.080.109,61

5. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços serão executados diariamente, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário de 08 horas às 20 horas, respeitada a jornada de trabalho de 40 (quarenta horas) semanais, garantido o intervalo mínimo de 1 (uma) hora para refeição, sendo que tais horários poderão ser alterados de acordo com a conveniência administrativa da Fundação, observando os impactos legais, independentemente de termo aditivo, desde que não ocorra acréscimo no valor avençado.

5.2. A execução dos serviços será iniciada após a assinatura do contrato, cuja quantidade de postos a serem preenchidos no início da relação contratual e no transcurso da contratação será determinada pela Funpres-Exe. Dessa maneira, os postos poderão ser preenchidos de forma gradual, conforme as demandas a serem formalizadas à contratada ao longo da execução contratual.

5.3. O preço final ofertado pela licitante deverá incluir todas as taxas, tributos, contribuições e demais custos decorrentes da prestação dos serviços durante a vigência do contrato.

5.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Funpres-Exe, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. DAS EXIGÊNCIAS RELATIVAS À QUALIFICAÇÃO DA LICITANTE

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1. Para a demonstrar a qualificação técnica, deverá a empresa detentora do menor preço apresentar atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por empresa(s) pública(s) ou privada(s), observando o seguinte:

6.1.1. Os atestados de capacidade técnica deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária.

- 6.1.2. Comprovar pelo menos 27 (vinte e sete postos de serviços), sendo admitido o somatório de atestados para esta comprovação.
- 6.1.3. Comprovar experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura da licitação, cujos períodos concomitantes serão computados uma única vez.
- 6.1.4. O pregoeiro, a seu critério, poderá solicitar o encaminhamento dos respectivos contratos e outros documentos, no intuito de confirmar a veracidade das informações prestadas pela licitante no atestado de capacidade técnica, podendo realizar visita, *in loco*, nas instalações da licitante ou nas instalações da empresa emissora do documento.
- 6.1.4.1. No caso de necessidade de aprofundamento das diligências a licitante deverá fornecer todas as informações requeridas, sendo que o não atendimento das solicitações formuladas pelo pregoeiro ensejará a sua desclassificação.
- 6.1.5. Não serão aceitos atestados e contratos de empresas coligadas ou que pertençam a um mesmo grupo.
- 6.1.6. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido pelo menos um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- 6.2. Declaração de que no caso de se sagrar vencedora e ocorrer atrasos do pagamento de salários e benefícios aos seus empregados disponibilizados à Funpresp-Exe, autoriza, a partir da assinatura do contrato e durante toda a sua vigência, o pagamento diretamente pela Funpresp-Exe aos empregados, utilizando-se de valores descontados da fatura, sem prejuízo das sanções previstas.
- 6.3. Declaração indicando suas instalações e recursos disponíveis para a prestação dos serviços, no tocante à estrutura da empresa e disponibilidade de pessoal administrativo, informando o endereço completo onde se situam estas instalações.
- 6.4. Comprovação de possuir sede, escritório ou representação em Brasília/DF.
- 6.4.1. Caso a licitante não possua instalações em Brasília/DF não estará impedida de participar do certame. Todavia, deverá apresentar declaração de que se compromete a instalar escritório ou filial, em ponto comercial, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do contato, com todos os recursos necessários: sala comercial, preposto (empregado da empresa residente no Distrito Federal ou no Entorno), banheiro, computador, impressora, materiais de suprimento de escritório, entre outros.

#### **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- 6.5. Com relação à qualificação econômico-financeira as empresas deverão atender as seguintes exigências:
- 6.5.1. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei.
- 6.5.2. Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.
- 6.5.3. Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada no Edital.
- 6.5.3.1. A declaração de que trata o item acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social.
- 6.5.3.2. Quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

#### **7. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

7.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por até 60 meses, com fulcro no art. 71 da Lei 13.303/2016 e no art. 131 do Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpresp-Exe, desde que haja autorização formal da autoridade competente e sejam observados os seguintes requisitos:

7.1.1. Que haja manifestação competente no sentido de que os serviços tenham sido prestados regularmente e que a Funpresp-Exe mantém o interesse na realização dos serviços;

7.1.2. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

7.1.3. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

7.2. Os serviços contratados serão executados de forma contínua e indireta, sob o regime de empreitada por preço global, de acordo com as necessidades da Funpresp-Exe.

7.3. A contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

7.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

## 8. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. Para o exercício corrente, as despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos constantes do Plano de Gestão Administrativa – PGA da Funpresp-Exe.

8.2. Para os exercícios seguintes as despesas decorrentes correrão à conta do orçamento de cada exercício.

## 9. **DA GARANTIA CONTRATUAL**

9.1. Consoante os artigos 147 a 154 do Regulamento Interno de Contratações da Funpresp-Exe, a contratada deverá prestar garantia para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, em uma das modalidades a seguir, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratado, cujo comprovante deverá ser entregue à Funpresp-Exe após a assinatura do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias após ser notificada:

9.1.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

9.1.2. Seguro – garantia.

9.1.3. Fiança bancária.

9.2. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado em conta a ser indicada pela Funpresp-Exe.

9.3. Caso a opção seja por utilizar título da dívida pública como garantia, este deverá conter valor de mercado correspondente ao valor garantido e ser reconhecido pelo Governo Federal, constando entre aqueles previstos em legislação específica. Além disso, deverá estar devidamente escriturado em sistema centralizado de liquidação e custódia, nos termos do art. 61 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, podendo a Funpresp-Exe recusar o título ofertado, caso verifique a ausência desses requisitos.

9.4. A garantia deverá ter validade de, no mínimo, 15 (quinze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, sendo renovada, tempestivamente, quando houver prorrogação contratual e complementada no caso de acréscimo previsto no § 3º do art. 135 do Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpresp-Exe.

9.5. No caso de garantia na modalidade de carta de fiança deverá constar no seu teor expressa renúncia pelo fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

9.6. A Funpresp-Exe fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto do contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da contratada, ou de seu preposto, ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões.

9.7. A autorização contida no subitem anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.

9.8. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente pela Funpresp-Exe, a contratada deverá proceder à respectiva reposição no prazo de três dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

- 9.9. A contratada terá sua garantia liberada ou restituída após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais assumidas.
- 9.10. A garantia somente será liberada mediante a comprovação de que a contratada pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual e será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Funpresp-Exe, *incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS*, conforme estabelecido no art. 8º, inciso VI, do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.
- 9.11. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).
- 9.12. O atraso superior a 29 (vinte e nove) dias autoriza a Funpresp-Exe a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.
- 9.13. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- 9.13.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 9.13.2. prejuízos causados à Funpresp-Exe ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 9.13.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Funpresp-Exe à contratada;
- 9.13.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 9.14. A Funpresp-Exe não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
- 9.14.1. caso fortuito ou força maior;
- 9.14.2. alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;
- 9.14.3. descumprimento das obrigações pela contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pela Funpresp-Exe;
- 9.14.4. atos ilícitos dolosos praticados por empregados da Funpresp-Exe.
- 9.15. Será considerada extinta a garantia:
- 9.15.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Funpresp-Exe, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 9.15.2. no prazo de 90 (noventa) após o término da vigência do contrato, caso a Funpresp-Exe não comunique a ocorrência de sinistros.
- 9.16. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 9.17. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Funpresp-Exe poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (i) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (ii) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos postos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os uniformes, na qualidade e quantidade especificadas.
- 10.2. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões exigidos neste Termo de Referência, para atender, sempre que houver necessidade, eventuais substituições/reposições, inclusive no horário de descanso previsto no artigo 71 da CLT, cabendo-lhe, ainda, impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida nas dependências da Fundação.



- 10.3. Cumprir a jornada de trabalho estabelecida, em conformidade com as leis trabalhistas.
- 10.4. Fornecer sistema eletrônico de registro de frequência para os seus empregados disponibilizados à Funpresp-Exe para a prestação dos serviços.
  - 10.4.1. O fiscal do contrato deverá ter acesso ao sistema eletrônico de registro de frequência exclusivamente para consultas eventuais e geração de relatórios, cuja responsabilidade pelos registros ficará integralmente a cargo da contratada e dos seus empregados.
  - 10.4.2. Para efeito de atrasos no início da jornada diária ou realização de trabalhos que a excederem poderá ser utilizado banco de horas, de acordo com a legislação vigente.
- 10.5. Acatar as exigências da fiscalização da Funpresp-Exe quanto à execução dos serviços, horários de turnos, promovendo a imediata correção das deficiências apontadas, quanto à execução dos serviços contratados.
- 10.6. Encaminhar mensalmente à unidade fiscalizadora as notas fiscais/faturas dos serviços prestados, juntamente com a relação nominal dos empregados e os documentos exigidos para a comprovação da situação regular perante os empregados e demais órgãos públicos. Deverão ser entregues as cópias dos comprovantes do mês anterior ao mês de referência da fatura.
- 10.7. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 10.8. Atender prontamente as reclamações/ pedidos de informações da Funpresp-Exe, prestando os esclarecimentos devidos e efetuando as correções e adequações nos serviços, conforme o caso, que se fizerem necessárias.
- 10.9. Comunicar, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar sua execução, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pela Funpresp-Exe.
- 10.10. Responsabilizar-se por todas as despesas com mão-de-obra, acidentes de trabalho, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, transportes, seguros operacionais, taxas, tributos, contribuições de qualquer natureza ou espécie e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução dos serviços contratados, efetuando os pagamentos e recolhimentos em dia, independentemente de excepcionais atrasos de pagamento por parte da Funpresp-Exe.
- 10.11. Sujeitar-se à mais ampla fiscalização por parte da Funpresp-Exe.
- 10.12. Substituir, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, qualquer empregado que não esteja executando os serviços a contento, ou que a juízo da Funpresp-Exe não esteja se portando de forma adequada.
- 10.13. Indicar, formalmente, um preposto como responsável pela execução dos serviços, que deverá ficar à disposição em Brasília/DF e será a pessoa de contato entre a contratada e a Fiscalização da Funpresp-Exe, fornecendo número de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e demais formas de contato.
- 10.14. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, no prazo fixado pelo fiscal do contrato.
- 10.15. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Funpresp-Exe ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da Fundação.
- 10.16. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades executadas, sem prévia autorização da Funpresp-Exe.
- 10.17. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços avançados.
- 10.18. Cientificar o fiscal do contrato, imediatamente e por escrito, a respeito de qualquer anormalidade ou irregularidade verificada na execução dos serviços, mantendo um “diário de ocorrências” durante toda a prestação dos serviços.
- 10.19. Fornecer os vales refeição e vales transporte aos seus empregados de uma única vez, a cada 30 (trinta) dias.

- 10.20. Fornecer uniformes de qualidade, nas quantidades e nos períodos estabelecidos neste Contrato, até o 15º (décimo quinto) dia útil, a contar da assinatura do contrato, cujos valores relativos a esta obrigação não poderão ser descontados dos empregados.
- 10.21. Submeter amostra do uniforme para aprovação pela Funpresp-Exe, do modelo, cor e qualidade do tecido, estando resguardada à Fundação o direito de reprovar, ao seu critério, os itens considerados inadequados, tendo a empresa a obrigatoriedade de apresentar nova amostra em até 03 (três) dias úteis, a contar da comunicação da reprovação.
- 10.22. Orientar os seus empregados para que se apresentem devidamente uniformizados e portem o crachá quando em serviço fornecidos pela contratada, sem ônus para os empregados.
- 10.23. Autorizar a Funpresp-Exe a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções previstas.
- 10.24. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela Funpresp-Exe (falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 10.25. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 10.25.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado.
- 10.25.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado.
- 10.25.3. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 10.26. Dar ciência, formalmente, aos seus empregados que forem designados para trabalhar nas dependências da Funpresp-Exe dos termos do Código de Conduta Ética e Disciplinar.
- 10.27. Se instalar em Brasília/DF, se for o caso de não funcionar nesta capital, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do contrato, com sede, filial ou representação dotada de infraestrutura técnica adequada, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, inclusive com preposto, detentor dos poderes para representar a contratadas e tomar decisões inerentes ao contrato.
- 10.28. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando a Funpresp-Exe autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 10.29. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 10.30. Apresentar à Funpresp-Exe, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.
- 10.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a contratada relatar à Funpresp-Exe toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 10.32. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 10.33. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº

8.666/1993.

10.34. A contratada, em face de ser regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), deverá apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços:

10.34.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

10.34.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

10.34.3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços.

10.35. Os documentos no item anterior deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

10.36. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a contratada deverá entregar à fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; Certificado de regularidade perante Fazenda Pública Federal no tocante à seguridade social, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.37. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária até o 5º dia útil, em agência situada na localidade ou região metropolitana, em que ocorre a prestação dos serviços, de titularidade do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Funpresp-Exe. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Fundação analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

10.38. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente.

10.39. Autorizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, previdenciárias e outras, que serão depositados pela Funpresp-Exe em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto na legislação vigente, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas nas normas que regem a matéria.

10.40. A Funpresp-Exe poderá se utilizar dos procedimentos de conta vinculada observando os procedimentos legais, conforme seguem:

10.40.1. O montante dos depósitos da conta vinculada será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização da Funpresp-Exe e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

10.40.1.1. 13º (décimo terceiro) salário.

10.40.1.2. Férias e um terço constitucional de férias.

10.40.1.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa.

10.40.1.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário, em conformidade com o grau de risco de acidente de trabalho e as alíquotas de contribuição previstas na legislação vigente.

10.40.1.5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados na legislação vigente.

10.40.1.6. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

- 10.40.1.7. Os valores referentes às provisões mencionadas neste Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.
- 10.40.1.8. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.
- 10.40.2. A contratada poderá solicitar a autorização da Funpresp-Exe para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.
- 10.40.3. Na situação do subitem acima, a contratada deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Funpresp-Exe, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- 10.40.4. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
- 10.40.5. A contratada deverá apresentar à Funpresp-Exe, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 10.40.6. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.
- 10.40.7. A prestação dos serviços poderá ser iniciada sem a utilização dos procedimentos da conta vinculada. Porém, a Funpresp-Exe poderá implantar esses procedimentos a qualquer tempo no transcurso da vigência do contrato.
- 10.41. Fornecer, sempre que solicitado pela Funpresp-Exe, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Fundação.
- 10.42. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na entidade Funpresp-Exe, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010.
- 10.43. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Funpresp-Exe.
- 10.44. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 10.45. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar ao fiscal do contrato o termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 10.45.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 10.45.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 10.45.3. Não haverá pagamento adicional pela Funpresp-Exe à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DA FUNPRES-EXE

- 11.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 11.2. Proporcionar à contratada todas as facilidades para o perfeito fornecimento do objeto.
- 11.3. Fornecer as informações necessárias e os atos normativos, que no seu âmbito, regem as relações trabalhistas.
- 11.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas.
- 11.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço entregue em desacordo com as especificações.
- 11.6. Atestar a nota fiscal/fatura correspondente, após realizar rigorosa conferência das características dos serviços.
- 11.7. Providenciar o pagamento mensalmente, no preço e nas condições pactuadas, sobre os quantitativos de postos efetivamente disponibilizados, tomando por base os valores unitários cotados na proposta da contratada.
- 11.8. Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 11.9. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais, quando cabíveis.
- 11.10. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal/fatura fornecida pela contratada, em conformidade com a legislação vigente.
- 11.11. Não permitir que os empregados da contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade da Unidade Organizacional para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.
- 11.12. Não praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como:
  - 11.12.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - 11.12.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na contratada;
  - 11.12.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
  - 11.12.4. considerar os trabalhadores da contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.13. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
  - 11.13.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
  - 11.13.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade; e
  - 11.13.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
12. **DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**
  - 12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Funpresp-Exe, especialmente designados, na forma dos artigos 158 a 161 do Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpresp-Exe.
13. **DO PREÇO**

13.1. O preço ofertado deverá prever todos os custos e despesas diretas ou indiretas relacionadas com a prestação de serviços do objeto deste documento, tais como: remuneração de pessoal, encargos trabalhistas, alimentação, transportes, assistência médica, seguro de vida, assistência odontológica, tributos, dentre outras.

14. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. Nos casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, garantida a defesa prévia e o contraditório, a Funpresp-Exe, poderá aplicar à contratada, com fundamento nos artigos 82 a 84 da Lei nº 13.303/2016, as seguintes sanções:

14.1.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos à execução do objeto da licitação e não prejudiquem o andamento das atividades normais da Funpresp-Exe;

14.1.2. Multa:

14.1.2.1. De 1% (um por cento) ao dia do valor do contrato, até o limite de 10 (dez) dias, totalizando 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

14.1.2.2. De 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, caso a inadimplência ultrapasse o 10º dia, o que poderá ensejar a rescisão unilateral.

14.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Funpresp-Exe, por prazo não superior a 2 (dois) anos, aplicadas às empresas ou aos profissionais quando:

14.1.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

14.1.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

14.1.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Funpresp-Exe, em virtude de atos ilícitos praticados.

14.1.3.4. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato.

14.1.3.5. Deixar de entregar documentação exigida no edital ou no contrato ou apresentar documentação falsa.

14.1.3.6. Ensejar o retardamento da execução do objeto do certame.

14.1.3.7. Não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato.

14.1.3.8. Cometer fraude fiscal.

14.2. A multa a que alude este instrumento não impede que a Funpresp-Exe rescinda o contrato e aplique as outras sanções nele previstas.

14.3. A multa, aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontada da respectiva garantia prestada pela contratada.

14.4. As sanções previstas neste instrumento são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14.5. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Funpresp-Exe.

14.6. No caso de aplicação de multa, a Funpresp-Exe poderá reter a liberação ou restituição da garantia contratual apresentada pela contratada, de forma a assegurar o adimplemento da penalidade pecuniária aplicada.

14.7. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Funpresp-Exe. Havendo, ainda, alguma diferença remanescente, o valor será cobrado administrativamente, podendo, inclusive, ser cobrada judicialmente.

14.8. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da execução dos serviços advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

14.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se os procedimentos descritos no art. 164 do Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpresp-Exe.

14.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Funpresp-Exe, observando o princípio da proporcionalidade.

14.11. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF, sem prejuízo das demais cominações legais.

## 15. DO PAGAMENTO

15.1. **O pagamento tomará por base os postos efetivamente disponibilizados**, e será efetuado pela Funpresp-Exe até o dia 20 do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal/fatura com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis.

15.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo empregado competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da nota fiscal/fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

15.2.1. Para proceder o pagamento deverá verificar se a nota fiscal/fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.2.1.1. o prazo de validade;

15.2.1.2. a data da emissão;

15.2.1.3. os dados do contrato e da entidade contratante;

15.2.1.4. o período de prestação dos serviços;

15.2.1.5. o valor a pagar; e

15.2.1.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Funpresp-Exe.

15.4. Será considerada a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Funpresp-Exe.

15.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Funpresp-Exe deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.8. Persistindo a irregularidade, a Funpresp-Exe deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.10. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima da Funpresp-Exe, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

15.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Funpresp-Exe, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:



$$I = \frac{(TX + 100)}{365}$$

$$TX = \text{Porcentual da taxa anual} = 6\%$$

$$I = \frac{(6 + 100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

## 16. DA REPACTUAÇÃO

- 16.1. Será admitida, por solicitação da contratada, a repactuação dos preços dos serviços, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, e demonstrada de forma analítica a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.
- 16.2. A repactuação não poderá alterar o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato.
- 16.3. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.
- 16.4. A variação de custos decorrente do mercado somente será concedida mediante a comprovação pela contratada do aumento dos custos, considerando-se:
- 16.4.1. Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Funpresp-Exe;
- 16.4.2. As particularidades do contrato em vigência.
- 16.4.3. As novas planilhas com variação dos custos apresentada.
- 16.4.4. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes.
- 16.4.5. A disponibilidade orçamentária da Funpresp-Exe.
- 16.5. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 16.5.1. O prazo referido no subitem 16.5 ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 16.6. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.
- 16.7. A Funpresp-Exe poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.
- 16.8. As repactuações a que a contratada fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

- 16.9. Caso ainda não tenha sido registrado o novo acordo na data da prorrogação contratual, dissídio ou convenção coletiva da categoria, a contratada deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo disponha daquele instrumento devidamente registrado, sob pena de preclusão.
- 16.10. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- 16.10.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação.
- 16.10.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras.
- 16.10.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 16.11. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 16.12. Os componentes de custos apresentados em planilhas, por ocasião da abertura da licitação, serão referências para a análise da repactuação, não sendo admitida a inclusão de qualquer elemento de custo que não esteja previsto nos componentes apresentados inicialmente, salvo os decorrentes de obrigações legais criadas posteriormente à assinatura do contrato.
- 16.13. A concessão de repactuação observará as disposições da legislação vigente e os Acórdãos do Tribunal de Contas da União.
- 16.14. No caso de a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 16.15. A Funpres-Exe não se vincula às disposições contidas em acordos, dissídios ou convenções coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 16.16. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a contratada efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de planilha de custos e formação de preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 16.17. A contratada deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado.

## 17. **DAS VEDAÇÕES**

- 17.1. É vedado à contratada interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Funpres-Exe, salvo nos casos previstos em lei.

## 18. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que: sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Funpres-Exe à continuidade do contrato.
- 18.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina pelos artigos 72 e 81 da Lei nº 13.303/2016, dos artigos da seção VI do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Funpres-Exe e demais legislações correlatas, mediante a celebração de termo aditivo.
- 18.3. A CONTRATADA, desde que haja acordo entre as partes, poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 18.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.

DA SUBCONTRATAÇÃO
- 19.1.

É vedada a subcontratação parcial ou total dos serviços.
20.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
- 20.1.

As licitantes deverão indicar, em suas propostas, os acordos ou convenções coletivas que regem as categorias profissionais vinculadas à execução dos serviços.
- 20.2.

A cotação de salários inferiores aos pisos determinados pela respectiva Convenção Coletiva de Trabalho e no caso do posto de assistente administrativo II, a cotação de salário inferior ao estabelecido neste instrumento ensejará a desclassificação da licitante.
- 20.3.

Os casos omissos serão decididos segundo as disposições da legislação pertinente ao tema, em especial a Lei nº 13.303/2016 e o Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpresp-Exe e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990, Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

Anexos:

I - Planilhas de Custos e Formação de Preços (estimados), doc. SEI nº 0173401;

II - Modelo da Proposta, doc. SEI nº 0173143.

Atenciosamente,

Equipe de Planejamento da Contratação		
I - Integrante Requisitante	II - Integrante Técnico	III - Integrante Administrativo
Brasília, de setembro 2024.	Brasília, de setembro 2024.	Brasília, de setembro 2024.
Ana Clecia Silva Gonçalves de França	Giuliane Braga Lourenço	Fabiane de Sousa Dumont

Considerando a instrução processual para esta contratação, aprovo o presente Termo de Referência.

ROBERTO MACHADO TRINDADE  
Gerente de Patrimônio, Logística e Contratações



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane de Sousa Dumont, Analista de Previdência Complementar**, em 05/09/2024, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Giuliane Braga Lourenco, Analista de Previdência Complementar**, em 05/09/2024, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Machado Trindade, Gerente**, em 05/09/2024, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Clecia Silva Goncalves, Coordenadora**, em 05/09/2024, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.funpresp.com.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.funpresp.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0175226** e o código CRC **ED9E902A**.

**Referência:** Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 03750.010205.000016/2024-42

SEI nº 0175226

Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe

SCN Q 2 BL A Corporate Financial Center Salas 201-204 - CEP 70712-900 -

<https://funpresp.com.br>

## ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

PLANILHA ESTIMATIVA  
Planilha de Custos e Formação de Preços

Salário:		4.000,00	2.405,96	5.648,08
Data base da Categoria:		01/01/2024	01/01/2024	01/01/2024
CUSTOS	Percentuais e Valores de Referência	Assistente administrativo II	Recepcionista	Secretariado Executivo
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1 - Composição da Remuneração	Valores/Percentuais	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A - Salário-Base		4.000,00	2.405,96	5.379,12
Total da remuneração		4.000,00	2.405,96	5.379,12
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				
2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentuais	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A - 13º salário	8,93%	357,14	214,82	480,28
B - Férias e Adicional de Férias	12,10%	484,00	291,12	683,42
Percentual total	21,03%	841,14	505,94	1.163,70
C - Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre 13º, férias e adicional de férias	7,32%	292,72	176,07	393,64
Total	28,35%	1.133,86	682,01	1.557,34
2.2 - GPS, FGTS e outras contribuições (Incide sobre os Módulos 1 e 2.1)	Percentuais	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A - INSS	20,00%	800,00	481,19	1.075,82
B - Salário Educação	2,50%	128,35	77,20	173,41
C - SAT (Utilizar o RAT Ajustado conforme GPJP: RAT x FAP)	1,00%	51,34	30,88	69,36
D - SESI ou SESC	1,50%	77,01	46,32	104,05
E - SENAI ou SENAC	1,00%	51,34	30,88	69,36
F - SEBRAE	0,60%	30,80	18,53	41,62
G - INCRA	0,20%	10,27	6,18	13,87
H - FGTS	8,00%	410,71	247,04	554,92
Total	34,80%	1.559,81	938,21	2.102,42
2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A - Transporte (Base 22 dias)	R\$ 5,50	-	97,64	-
B - Auxílio-Refeição/Alimentação (Base R\$42,20*22 dias)	R\$ 42,20	928,40	928,40	928,40
C - Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 15,02	15,02	15,02	15,02
D - Assistência médica	R\$ 187,18	187,18	187,18	187,18
E - Assistência odontológica	R\$ 13,65	13,65	13,65	13,65
F - Outros (Especificar)		-	-	-
Total		1.144,25	1.241,89	1.144,25
2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	28,35%	1.133,86	682,01	1.557,34
2.2 - GPS, FGTS e outras contribuições	34,80%	1.559,81	938,21	2.102,42
2.3 - Benefícios Mensais e Diários		1.144,25	1.241,89	1.144,25
Total	63,15%	3.837,92	2.862,11	4.804,01
MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO				
Provisão para Rescisão		Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A - Aviso Prévio Indenizado	0,46%	18,50	11,13	24,88
B - Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,04%	1,48	0,89	1,99
C - Multa do FGTS e Contribuições Sociais sobre o Aviso Prévio Indenizado (Considerando que a multa do FGTS e Contribuição Social incide uma única vez sobre a totalidade dos meses de contrato, independentemente da espécie de Aviso Prévio - trabalhado ou indenizado -, zeramos essa rubrica e aportamos na sua totalidade na alínea "F" deste mesmo módulo)	0,00%	-	-	-
D - Aviso Prévio Trabalhado (Esta parcela deverá ser reduzida após o primeiro ano da contratação para o percentual correspondente a 10% do que for cotado: Acórdão 1.186/2017-PJ Exemplo: Se for cotado 1,94% (máximo), será reduzido para 0,194%,	1,94%	77,78	46,78	104,59
E - Incidência do GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso PrévioTrabalhado	0,68%	27,07	16,28	36,40
F - Multa do FGTS e contribuição social nas rescisões sem justa causa	3,48%	139,20	83,73	187,19
Total	6,60%	264,02	158,81	355,05
MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				
4.1 - Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A - Substituto na cobertura de Férias	0,50%	20,00	12,03	26,90
B - Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,08%	3,20	1,92	4,30
C - Substituto na cobertura de Licença-Maternidade/Paternidade	0,50%	20,00	12,03	26,90
D - Substituto na cobertura de Ausências por acidente de trabalho	0,26%	10,45	6,29	14,06
Total	1,34%	53,65	32,27	72,15
4.2 - Substituto na Intrajornada		Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A - Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		-	-	-
Total		-	-	-
4.3 - Incidência do Submódulo 2.2		Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A - Incidência do Submódulo 2.2 sobre o Submódulo 4.1	0,47%	18,67	11,23	25,11
Total	0,47%	18,67	11,23	25,11
4.4 - Afastamento Maternidade		Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A - Afastamento Maternidade	0,63%	0,07	0,07	0,07
Total	0,63%	0,07	0,07	0,07
Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
4.1 - Substituto nas Ausências Legais	1,34%	53,65	32,27	72,15
4.2 - Substituto na Intrajornada	-	-	-	-
4.3 - Incidência do Submódulo 2.2	0,47%	18,67	11,23	25,11
4.4 - Afastamento Maternidade	0,63%	0,07	0,07	0,07
Total	2,44%	72,39	43,57	97,33
SUBTOTAL (ITENS DA MÃO DE OBRA):		72,19%	8.174,34	5.470,45
			10.635,51	
MÓDULO 5: INSUMOS				
Uniformes		Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A - Uniformes		41,87	73,31	73,31
Total		41,87	73,31	73,31
SUBTOTAL (MÓDULOS 1 A 5):		8.216,21	5.543,76	10.708,82
MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS E LUCRO				
Custos Indiretos e Lucro		Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A - Custos Indiretos	3,00%	246,49	166,31	321,26
B - Lucro	3,00%	246,49	166,31	321,26
Total	6,00%	492,97	332,63	642,53
SUBTOTAL MÓDULOS 1 A 6		8.709,18	5.803,07	11.278,04
MÓDULO 7: TRIBUTOS				
Tributos		Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
C - PIS e Cofins	3,65%	347,99	231,87	450,63
B - ISS	5,00%	476,69	317,63	617,30
Total	8,65%	824,68	549,50	1.067,93
TOTAL MÓDULOS 1 A 7		9.533,86	6.352,57	12.345,96
			Valor Mensal	Valor para 12 meses
Assistente administrativo II	23		219.278,74	2.631.344,85
Recepcionista	2		12.705,14	152.461,64
Secretariado Executivo	2		24.691,93	296.303,12
Total	27		256.675,80	3.080.109,61

Observações:

- Relativamente ao módulo 1 as licitantes deverão cotar os salários fixados nesta planilha, sob pena de desclassificação.
- Para cotação dos benefícios de auxílio alimentação/refeição e vale transporte as licitantes deverão considerar o fornecimento para 22 (vinte e dois) dias, sob pena de desclassificação.
- As licitantes deverão considerar o fornecimento do vale transporte no trecho cidade satélite/Plano Piloto/ cidade satélite, cujo valor unitário atual é de R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos), sob pena de desclassificação.
- A planilha de custos e formação de preços trata-se apenas de modelo, ficando a cargo das empresas efetuar suas cotações segundo sua expertise e de acordo com a legislação vigente, devendo adequar os percentuais e acrescentar ou suprimir custos, quando couber, respeitando, contudo, o valor máximo estimado.
- As licitantes deverão cotar os tributos conforme o seu enquadramento tributário (lucro real), sendo vedada a cotação com base em alíquotas do Simples Nacional, consoante a Lei Complementar nº

## ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

### MODELO DA PROPOSTA

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, Brasília/DF,  
telefone(s) \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, para  
execução dos serviços de apoio administrativo para a Funpresp-Exe.

Conforme as planilhas anexas, elaboradas na forma do modelo constante do anexo I do Termo de Referência, parte integrante do Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2024, informamos o preço mensal e o preço anual abrangendo todos os postos, objeto da licitação:

A = (Preço Mensal)	B = A x 12 (Preço Anual)
R\$ _____	R\$ _____

### DADOS DO PROPONENTE

NOME:

\_\_\_\_\_

RAZÃO SOCIAL:

\_\_\_\_\_

CNPJ Nº:

\_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO:

\_\_\_\_\_

TELEFONES: \_\_\_\_\_

E-MAIL:

\_\_\_\_\_

VALIDADE DA PROPOSTA: \_\_\_\_\_ (não inferior a 60 dias)

**DADOS DO SIGNATÁRIO DO CONTRATO:** NOME, RG, CPF, PROFISSÃO, ESTADO CIVIL E ENDEREÇO.

(Cidade), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante legal

**Observação:** A licitante detentora do menor preço deverá encaminhar as planilhas de custos e formação dos preços dos cargos juntamente com a proposta.

**ANEXO II DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2024**  
**MINUTA DO CONTRATO**





MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 03750.010205.000016/2024-42

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER EXECUTIVO– FUNPRES-EXE E \_\_\_\_\_.**

A FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER EXECUTIVO – FUNPRES-EXE, com sede no Edifício Corporate Financial Center - SCN - Quadra 02 – Bloco A – 2º Andar – Salas 201 a 204 – Brasília – DF – CEP: 70712-900, inscrita no CNPJ sob o nº 17.312.597/0001-02, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, o \_\_\_\_\_, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, cargo para o qual foi nomeado mediante a Resolução do Conselho Deliberativo nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ e por seu Diretor de Administração, o Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, cargo para o qual foi nomeado mediante a Resolução do Conselho Deliberativo \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, ambos residentes e domiciliados em Brasília/DF, na forma da competência contida no Anexo I da Política de Alçadas da **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, daqui por diante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente contrato, em conformidade com o que consta do Processo Administrativo nº 03750.010205.000016/2024-42, referente ao Pregão Eletrônico nº 90010/2024, nos termos da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpresp-Exe e demais legislações correlatas, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de apoio administrativo para atender as necessidades da Funpresp-Exe, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste instrumento.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Objeto da contratação:

Posto de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade
Recepcionista	Posto de Trabalho	2
Secretariado Executivo	Posto de Trabalho	2
Assistente Administrativo II	Posto de Trabalho	23

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

- 2.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por períodos iguais e sucessivos até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 71, da Lei nº 13.303/2016, e em consonância com os artigos 131 a 133 do Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpresp-Exe, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:
- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada.
- 2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente.
- 2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a **CONTRATANTE** mantém interesse na realização do serviço.
- 2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a **CONTRATANTE**.
- 2.1.6. Haja manifestação expressa da **CONTRATADA** informando o interesse na prorrogação.
- 2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

- 3.1. O valor global para contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), para 12 (doze) meses.
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos serviços efetivamente prestados.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da contratação para o corrente exercício correrão à conta dos recursos constantes do Plano de Gestão Administrativa 2024, na Ação Orçamentária – Despesas do Plano de Gestão Administrativa, aprovado na 129ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo, de 17 de novembro de 2023, na Ação Orçamentária – Despesas Administrativas, Item – Serviços Terceirizados, Subitem – Serviços Terceirizados.

4.2. Nos exercícios seguintes as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo deste instrumento e no Título IV, Capítulo I, Seção III do Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpres-Exe.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA - DA REPACTUAÇÃO

6.1. As regras acerca da repactuação do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência e no item 16 do Edital, anexo a este Contrato.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. As regras acerca da garantia contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA - DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo desse instrumento.

#### 9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo desse instrumento.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo desse instrumento, e no Título IV, Capítulo I, Seção X do Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpres-Exe.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, e com as consequências indicadas nos artigos 82 a 84 da Lei nº 13.303, de 2016 e no Título IV, Capítulo I, Seção VI do Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpres-Exe, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo deste contrato.

11.1.2. amigavelmente;

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 83 da Lei nº 13.303, de 2016.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

13.1. Caso a CONTRATADA, no decorrer da prestação de serviços, tenha acesso a dados pessoais, deverá respeitar as regras editadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”) no tocante ao armazenamento e tratamento de referidos dados e informações, sem prejuízo do estrito respeito à Lei nº 12.965 de 2014 (“Marco Civil da Internet”), Decreto nº 8.771 de 2016 (“Regulamento do Marco Civil da Internet”), bem como quaisquer outras leis ou normas relativas à proteção de dados pessoais que vierem a ser promulgadas ou entrarem em vigor no curso da vigência deste Contrato, em especial a Lei nº 13.709 de 2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”).

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina pelos artigos 72 e 81 da Lei nº 13.303/2016 e no Título IV, Capítulo I, Seção V do Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpres-Exe.

14.2. A CONTRATADA, desde que haja acordo entre as partes, poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PAGAMENTO DIRETO EM DECORRÊNCIA DO FATO GERADOR

15.1. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento de todos os custos envolvidos na contratação, dentro dos prazos estabelecidos na legislação vigente e na convenção coletiva da respectiva categoria, tais como: salários, benefícios, encargos trabalhistas, tributos, dentre outros, ficando, desde já, autorizada a CONTRATANTE, em caso de inadimplemento ou atraso, a efetuar o pagamento diretamente aos empregados alocados na prestação do serviço, dos respectivos salários e benefícios, com o desconto equivalente proporcional no faturamento da CONTRATADA.

15.2. A real ocorrência do fator gerador discriminados na alínea acima não gera direito adquirido para a CONTRATADA das referidas verbas ao final da vigência do contrato.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CONDUTA ANTICORRUPÇÃO**

16.1. A CONTRATADA declara conduzir suas atividades em conformidade com a Lei 12.846/2013 "Lei Anticorrupção" ou eventual legislação posterior/complementar à referida Lei, assim como quaisquer normativo relacionado a sua aplicabilidade, emitido por órgão regulador brasileiro e/ou órgão do Governo Federal, e atesta neste ato que seus conselheiros, diretores, colaboradores, sócios, agentes ou qualquer pessoa agindo em seu nome, não realizaram e se comprometem a não realizar atos de suborno ou promessa de suborno, fraude à licitação, financiamento à prática de atos ilícitos ou quaisquer "atos lesivos" assim descritos na Lei Anticorrupção e normativos a ela relacionados, seja em benefício próprio e, ainda, em eventual benefício da CONTRATANTE ("Conduta Anticorrupção"), bem como que se compromete a monitorar todas as pessoas listadas acima, tendo em vista que possui conhecimento que a CONTRATANTE adota abordagem de zero tolerância em relação a atos de corrupção.

16.2. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE, oportunamente e por escrito, sobre a ocorrência de qualquer violação à Lei Anticorrupção de que tenha ciência em relação às suas atividades, bem como atos que envolvam seu relacionamento com a CONTRATANTE. Esta é uma obrigação permanente e deverá perdurar até o término da relação.

16.3. Em caso de descoberta da prática de ato de corrupção praticado pela CONTRATADA, suas coligadas, conselheiros, diretores, empregados, colaboradores, agentes ou qualquer pessoa agindo em seu nome, sejam em benefício próprio, da CONTRATADA, poderá ocorrer imediato rompimento da presente relação, sem prejuízo do direito da CONTRATANTE à retenção de valores e regresso em caso de sanções aplicadas decorrentes da Lei Anticorrupção, bem como a reparação de eventuais danos causados à CONTRATANTE.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VALIDADE DA ASSINATURA ELETRÔNICA**

17.1. As Partes, desde já, acordam que o presente instrumento e os demais documentos correlatos poderão ser assinados eletronicamente por meio de plataforma que assegure a sua autoria e integridade, reconhecendo desde já a sua validade jurídica, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA POLÍTICA DE INTEGRIDADE**

18.1. Relativamente à integridade, aplicar-se-ão, no que couber, as disposições contidas Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022.

18.2. A CONTRATADA deverá respeitar as regras internas da CONTRATANTE quanto ao cCódigo de Conduta Ética e Disciplinar e da política de gestão da integridade, riscos e controles internos da CONTRATANTE nas transações com partes interessadas, bem como das normas relativas a aspectos ambientais e sociais.

**19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS**

19.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303, de 2016 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratações da Funpresp-Exe, presente no endereço: <https://www.funpresp.com.br/wp-content/uploads/2023/10/Regulamento-Interno-de-Licitacoes-e-Contratacoes.pdf>, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, regras e princípios de direito privado.

**20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO**

20.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União.

**21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO**

21.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e duas testemunhas em formato digital.

Brasília/DF, \_\_\_\_, de \_\_\_\_ de 2024.

Pela Contratante:

\_\_\_\_\_  
Diretor de Administração

\_\_\_\_\_  
Diretor-Presidente

Pela Contratada:

\_\_\_\_\_  
Testemunhas:  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Anexo I do Contrato \_\_/2024 - Termo de Referência.

Anexo II do Contrato \_\_/2024 - Proposta Comercial com planilhas.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane de Sousa Dumont, Analista de Previdência Complementar**, em 05/09/2024, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.funpresp.com.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.funpresp.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0175264** e o código CRC **E6532DD3**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 03750.010205.000016/2024-42

SEI nº 0175264

Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe

SCN Q 2 BL A Corporate Financial Center Salas 201-204 - CEP 70712-900 -

<https://funpresp.com.br>

ANEXO III DO EDITAL

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA  
E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ  
nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual no \_\_\_\_\_, estabelecida em  
\_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e/ou com a  
Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato
Valor total dos Contratos		R\$ _____

a) Informa-se que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante, conforme fórmula a seguir:

$(\text{Valor do Patrimônio Líquido} \times 12 / \text{Valor total dos contratos}) > 1$

**Observação:**

**Nota 1:** Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

**Nota 2:** Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

**Nota 3:** Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

**Nota 4:** a licitante deve efetuar o cálculo.

(Cidade), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante legal

## 1 Edital 90010 comprasnet.pdf

Documento número #7ee0a297-1f5c-4bb9-b071-ef1b4720d31e

Hash do documento original (SHA256): 13f7641a556a5f76c5baafacb5731fa589c0f6331aee96621c7ddd530b6a3f8d

## Assinaturas



**Roberto Machado Trindade**

CPF: 099.533.531-15

Assinou em 09 set 2024 às 15:46:58

## Log

09 set 2024, 11:11:31	Operador com email fabiane.dumont@funpresp.com.br na Conta 5a7ad025-01a9-4c15-ba9e-30a8be81b5c5 criou este documento número 7ee0a297-1f5c-4bb9-b071-ef1b4720d31e. Data limite para assinatura do documento: 09 de outubro de 2024 (11:10). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
09 set 2024, 11:11:32	Operador com email fabiane.dumont@funpresp.com.br na Conta 5a7ad025-01a9-4c15-ba9e-30a8be81b5c5 adicionou à Lista de Assinatura: roberto.trindade@funpresp.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Roberto Machado Trindade e CPF 099.533.531-15.
09 set 2024, 15:46:58	Roberto Machado Trindade assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail roberto.trindade@funpresp.com.br. CPF informado: 099.533.531-15. IP: 177.235.20.88. Componente de assinatura versão v1.981.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
09 set 2024, 15:46:59	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 7ee0a297-1f5c-4bb9-b071-ef1b4720d31e.



**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 7ee0a297-1f5c-4bb9-b071-ef1b4720d31e, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em [www.clicksign.com](http://www.clicksign.com).